



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES NA MODALIDADE EAD: UMA CRESCENTE CONSTANTE

Claudenice da Cunha Barbosa

Universidade Norte do Paraná – Polo Santa Cruz - cacausc1987@gmail.com

Resumo

O presente artigo é baseado em experiências vivenciadas na prática cotidiana no que tange a formação inicial e continuada de professores, neste contexto em especial na modalidade de Educação a Distância. De início traçou-se um breve histórico sobre a função do professor no decorrer da história educacional, mostrando as diferentes formas como este era visto pela sociedade e os diferentes modos de agir deste indivíduo frente a sua realidade. Seguido, portanto do surgimento da formação profissional do docente e as atribuições que lhes foram incumbidas. Neste momento se apresenta a necessidade de formação inicial e continuada para o professor que a cada dia recebe uma nova demanda de situações, cada uma com suas especificidades, cada uma a ser resolvida a seu próprio modo, tendo em vista os avanços tecnológicos e sociais. Neste sentido buscou-se reconhecer quais os principais motivos que tornaram a modalidade EaD uma crescente constante em números de discentes; bem como estabelecer relação entre a realidade atual do ensino presencial e o ensino a distância no que corresponde a busca pela formação profissional para docentes; Vincular discussões a respeito do envolvimento dos discentes quanto a busca pela formação inicial e continuada na Educação a Distância. Apresenta-se, portanto uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e também quantitativo com o intuito de analisar situações corriqueiras presenciadas no cotidiano da formação de professores. Para uma fundamentação teórica consistente, trabalhou-se com Cortella e Libâneo, dentre outros que enriqueceram esta discussão.

Palavras-chave: Formação Continuada, Ensino a Distância, Docência.

Introdução

Em meio as constantes evoluções tecnológicas e a acelerada disseminação de informações, o ambiente educacional passa a receber demandas de



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

discentes completamente diferentes daquelas que seriam encontrados há algumas décadas atrás, alunos aqueles em bancos escolares sentados, em ensurdecedor silêncio, sem o mínimo de criticidade e autonomia, pois se ousassem ter tais atitudes, seguramente seriam severamente castigados. Esta foi inquestionavelmente uma realidade percebida no Brasil por longo período, e vivida por muitos alunos.

Neste contexto o professor não exercia apenas autoridade, mas geralmente total autoritarismo, pois se autodenominava o dono do saber e da verdade, e quem se opusesse a esta situação receberia punições pouco educativas como ajoelhar-se no milho, ou receber bofetadas nas mãos com o objeto que era chamado de “palmatória”. Neste bojo o professor era escolhido entre algumas pessoas que possuíssem um pouco mais de instrução, ou fosse vocacionado para a função de professor. Isto já bastaria para que uma pessoa assumisse uma ou umas salas de aula. Assim existia a função de professor, mas a profissão de professor não poderia ser reconhecida como tal, apesar destes se intitularem assim, mesmo sem possuírem uma formação adequada para permanecerem em sala de aula.

Já na realidade atual, com as perceptíveis mudanças econômicas, tecnológicas e educacionais ocorridas em todo o mundo, a formação do professor parece ter assumido um patamar mais importante e pertinente para o desenvolvimento das sociedades, tomando lugares centrais nas discussões globais.

Permeada de situações evolutivas quanto aos meios educativos, e envolvimento com a formação de docentes na modalidade de Ensino a Distância, justifica-se o então o estabelecimento do foco deste trabalho, a formação inicial e continuada de professores na modalidade EaD (Ensino a Distância), almejando como objetivos: Reconhecer quais os principais motivos que tornaram a modalidade EaD nos dias de hoje uma crescente constante em números de discentes; Estabelecer relação entre a realidade atual do ensino presencial e o ensino a distância no que corresponde a busca pela formação profissional para docentes; Vincular discussões a respeito do



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

envolvimento dos discentes quanto a busca pela formação inicial e continuada na Educação a Distância.

Metodologia

Na certeza de que a área a ser trabalhada é voltada especialmente para a formação inicial e continuada do professor, a metodologia aplicada são métodos e técnicas de cunho qualitativo e também quantitativo. Este no intuito de justificar a afirmativa “crescente constante” em números de alunos que optam pela Educação a Distância. E aquele para analisar criteriosamente as informações adquiridas no decorrer da pesquisa bibliográfica e da análise de situações vivenciadas no cotidiano de atuação na modalidade foco deste artigo.

Resultados e Discussão

O campo da educação desde o principiar de sua existência sofreu inúmeras modificações. Esta afirmativa não resume apenas a história da educação de nosso país, ela abrange o limiar de todos os países. Isto ocorre porque a educação não é uma peça estática de uma quebra-cabeça, que vai ser colocado em determinado lugar e permanecer lá imutavelmente. A educação é algo que sofre modificações infinitas, pois é um espelho social, se a sociedade sofre modificações frequentemente, a escola deve ser modificada de forma a garantir que atingirá as necessidades da sociedade. Assim afirma Libâneo:

A educação – ou seja, a prática educativa – é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Cada sociedade precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais, prepará-los para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social. Não há sociedade



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

sem prática educativa nem prática educativa sem sociedade. (1994, p.16)

Neste sentido existe uma interdependência muito explícita entre sociedade e organização educativa. Apesar de notar-se que em diversas regiões do globo menos desenvolvidas esta prerrogativa não consegue alcançar níveis de veracidade tão frequentes como em outros mais desenvolvidos. Porém nestes casos são envolvidas outras questões de cunho econômicos, políticos e culturais que não permitem que a educação evolua de forma proveitosa.

A lei diz que a escola é disponível a todos, caracterizando hoje até uma certa “obrigatoriedade”, mas isto nem sempre foi assim, como afirmam:

Durante muito tempo a escola esteve reservada a uma pequena minoria, aos filhos do pessoal que tinha posses, aos filhos dos doutores que estudavam para se tornar, eles também, doutores. A grande maioria dos filhos de operários e agricultores não tinha praticamente qualquer oportunidade de estudar e ficava condenada ao analfabetismo. (CECCON, OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1983, p. 20)

Afirmativa esta feita a séculos, mas que ainda apresenta-se como uma realidade. Engana-se quem pensa que os privilégios da educação são coisas do passado, quando só as pessoas que possuíam bens econômicos podiam desfrutar de uma boa educação. É inquestionável que houveram modificações, mas muitas vezes a realidade é a mesma só que desta vez mascarada. Mas esta realidade de classes sociais ainda é presente em pleno século XXI. A educação pública continua a passos lentos quanto a sua evolução, porque para os poderes públicos o interessante é uma sociedade pouco instruída, pouco reflexiva, pouquíssimo crítica, para não ter possibilidades de questionar os desmandos ocasionados no todo do governo.

Neste contexto de pouco incentivo a evolução educacional, está o aluno, foco principal do processo e que deveria ser o alvo das boas instruções no intuito de avançar educativamente e conseqüentemente socialmente. Mas ai acaba havendo uma inversão de meios instrutivos. O aluno vem da sociedade com uma longa lista de



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

conhecimentos a serem despejados no interior da escola, sem o mínimo de aperfeiçoamento. Neste momento surge o professor, este que muitas vezes já se sente cansado de tantas atribuições.

Os professores por sua vez se sentem sobrecarregados e desvalorizados em seu trabalho. Suas condições de trabalho são, de fato muito ruins: classes superlotadas, falta de material didático, programas muito extensos e complicados, etc. Eles estão também muito descontentes com os salários irrisórios que recebem e que não lhes permitem viver dignamente. De uma maneira ou de outra, quando se encontram diante de uma turma de alunos, percebem que as crianças tem uma dificuldade enorme de seguir o programa. Também não se dão conta que eles próprios, professores, foram mal preparados para o trabalho que têm que fazer. (CECCON, OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1983, p.14)

Adentramos assim em mais uma atribuição do professor, o aperfeiçoamento, a moldagem dos conhecimentos adquiridos pelos alunos fora da escola. Conhecimentos estes que poderão ser até mais úteis para os alunos no decorrer de suas vidas, do que alguns conhecimentos cientificamente adquiridos. Mas os professores precisam estar preparados para esta atuação. Necessitam de uma formação de qualidade que o auxilie a tender as necessidades de suas classes de alunos que se encaixam neste perfil.

Durante muito tempo os professores não tinham formação alguma para atuar, apenas eram pouco mais instruídos que seus alunos e colocados em salas de aula elaboravam suas aulas como bem entendiam, utilizando-se mais do autoritarismo do que de conceitos e conhecimentos cientificamente sistematizados. Neste sentido existia a função de professor, mas nada havia de formação inicial, muito menos continuada.

Por volta dos anos 70, surgiu o normal médio, que foi uma forma que o governo encontrou para colocar nas salas de aula pessoas que tivessem realizado um curso de aperfeiçoamento para atuar como professor. Este compreendia a conclusão do Ensino Médio, ou seja, quem tivesse o interesse de atuar como professor poderia voltar-



se para esta vertente do estudo. Este, porém sofreu diversas reformulações desde sua criação.

Neste ínterim de modificações é indispensável fazer citar as Leis nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 e a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, bem como o Plano Nacional de Educação que estabelecem as vinte metas a serem alcançadas pela educação brasileira na década seguinte a sua elaboração. Leis estas que interferem profundamente no andamento do sistema educacional brasileiro.

As demandas da reforma da educação básica para a formação de professores anunciou a formação inicial como preparação profissional estabelecendo este como foco primordial, de forma que permita aos professores a habilidade de experimentar e apropriar-se de conhecimentos de forma a agir de maneira proveitosa de acordo com as situações encontradas no dia a dia.

O professor é lançado neste âmbito como sistematizador de conhecimentos, não cabendo apenas a função de professor, mas a profissionalização, deixando de lado a ideia de vocação, como era visto a partir das palavras de Cortella, 1999: “atribuía-se a escola uma missão salvífica de caráter messiânico”. Com isto intitulava-se o professor de sacerdote da educação, o vocacionado.

Diante da evolução tecnológica e a disseminação avassaladora de informações, o professor que hoje já não é mais visto como o vocacionado, mas como profissional, responsável pela construção do conhecimento científico, tem por princípio de atuação acompanhar estas evoluções para que não seja ele o responsável pela omissão de conhecimentos necessários para o crescimento intelectual do discente.

O currículo por sua vez ter por obrigatoriedade tornar-se um plano prático, que auxilie na construção de visões críticas, considerando o processo de formação histórico, social e político do meio, fazendo o educando reconhecer-se como sujeito fundamental do processo de construção do conhecimento.



Nesta perspectiva, um dos destaques das políticas públicas, tem sido a formação de professores. Diante dos desafios impostos pela sociedade, o profissional da educação necessita estar aberto a novas formas de aprender, para consequentemente adquirir novas formas de ensinar. Como contempla Nóvoa (1992) apud BARBOSA e MARTINS (2008, p.105):

[...] Um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas e reconstrução permanente de uma identidade pessoal. Assim a formação não se esgota logo na graduação, quando o professor recebe o certificado, mas perdura durante sua prática educativa, quando estes vão construindo a sua competência profissional.

Esta busca constante pela formação em prol de uma melhor direcionamento da construção do conhecimento é algo constante pela realidade escolar que acaba por exigir isto do professor, e também pela sistema educativo em si que determina metas a serem cumpridas. Uma destas metas está contida no Plano Nacional de Educação que atribuiu vinte metas decenais a serem cumpridas no intuito de preencher lacunas formadas no decorrer de nossa história educativa.

Desde a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, já se sugeria implicitamente que seria feita uma exigência a partir do final da década de sua criação a respeito do diploma de licenciatura em nível superior para aqueles que gostariam de atuar como professor em sala de aula. Para tanto, ao completar-se a década estabelecida, ainda era incontável o número de professores que atuavam em sala de aula apenas com o curso normal médio. Assim o período foi novamente renovado, no intuito de equilibrar os números de professores formados em nível superior.

Assim, esta exigência fez surgir números gigantescos de professores que voltaram para a sala de aula na condição de alunos, tendo em vista que não poderiam perder a chance de atualizar-se, nem correr o risco de perder todo o caminho já percorrido. Assim consta na lei:



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

O Estado então passou a ofertar bolsas de estudos com o objetivo de intensificar a formação dos professores que já atuavam, mas que possuíam apenas o Ensino Normal Médio. Com esta pressão para a formação inicial e continuada, intensificaram-se as buscas pelos cursos de formação de professores na modalidade de educação a distância.

Apesar do ranço preconceituoso que a sociedade delibera sobre o ensino a distância, este tem raízes profundas na educação brasileira. O que só veio a ser ainda mais fortalecido com a exigência de Ensino Superior para aqueles que desejavam trabalhar como professores. Assim, percebe-se hoje a vastidão de possibilidades que esta modalidade projeta, como cursos de graduação e pós-graduação que exigem disciplina e compromisso por parte do aluno. Este que geralmente já atua como professor, e por ter um tempo menos flexível busca esta modalidade. Desta forma pode continuar como docente na Educação Básica em mais de um turno, como geralmente acontece, e flexibiliza seu horário da forma como melhor lhe convém.

Nos dias atuais já foi estabelecida uma credibilidade bem maior em relação aos cursos ofertados na modalidade a distância por universidades autorizadas e reconhecidas pelo Ministério da Educação. E de acordo com a realidade e necessidade de cada região esta modalidade está em constante evolução.

O ensino presencial indubitavelmente atrai uma clientela muito grande de alunos, mas no geral são alunos que acabaram de sair do ensino médio, e que estão com toda energia para dar continuidade a seus estudos, tendo a possibilidade de frequentar a universidade todos os dias. Já os alunos que optam pela educação a



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

distância geralmente são professores que se viram obrigados a dar continuidade a seus estudos, por possuírem apenas o ensino normal em nível médio, não tendo possibilidade de deslocar-se todos os dias para uma universidade.

Neste sentido, demonstra-se essencial a busca pela formação inicial, e consequentemente a formação continuada, pois a cada dia surgem novas demandas sociais as quais são propensos os docentes. Sendo uma das possibilidades de busca de aperfeiçoamento a Educação a Distância que cada dia tem os números mais elevados, uma procura sem precedentes para a formação profissional qualificada por parte dos docentes.

Conclusões

Portanto, as exigências globais requerem dos docentes que se propuseram a assumir esta atividade, que sempre estejam se aprimorando, buscando novos conhecimentos ou novas formas de verem e traduzir os velhos conhecimentos. Buscar capacidades e habilidades proporcionadas pela formação continuada, para que a prática cotidiana adquira mais autonomia e esteja sempre a altura de quem delas desfruta.

Percebeu-se que a busca pela modalidade Educação a Distância foi ampliada, em especial isto ocorreu pela procura por parte dos docentes que já atuavam em sala de aula, e que tiveram que cumprir com as exigências determinadas pelo Ministério da Educação para que estes professores buscassem os cursos de Ensino Superior, como forma de capacitação contínua daqueles que já atuavam em salas de aulas. Sem deixar de lado a questão da flexibilização de horários de estudo que para muitos estudantes é a melhor forma que conseguem para unificar trabalho e estudo.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Vera Lúcia de Brito; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Saber fazer: práticas inclusivas – A importância da formação continuada na construção de escolas inclusivas. In: ONOFRE, Eduardo Gomes; SOUZA, Maria Lindaci Gomes de. (Org.). Tecendo os fios da inclusão: caminhos do saber e do fazer. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008, p. 95 – 107.

BRASIL. **Planejando a próxima década:** conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf acesso em Set./2015.

_____. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/15-formacao-professores> acesso em Set./2015.

CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy de; Oliveira, Rosiska Darcy de. **A vida na escola e a escola da vida.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento:** fundamentos epistemológicos e político. 2ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire: Cortez, 1999.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **A cidadania negada:** Políticas de exclusão na educação e no trabalho. 4. Ed. São Paulo: Cortez; [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.